

No painel Caminhos jurídicos: alternativas e desdobramentos, os especialistas convergem: é preciso atuação forte do poder público

# Um setor que exige regulação

» VICTOR CORREIA

Os integrantes do segundo painel do **Correio Debate**: Caminhos do ouro concordaram que o combate ao garimpo ilegal é “um problema de Estado”, e depende da atuação da União e dos órgãos fiscalizadores para ser resolvido. Os três especialistas também citaram que a aplicação de tecnologias modernas, que deram certo em outros países, pode ajudar a resolver as questões que se colocam no cenário brasileiro.

Com o tema Caminhos jurídicos: alternativas e desdobramentos, a discussão envolveu o diretor da Casa da Moeda Márcio Luís Gonçalves Dias, a subsecretária de Fiscalização da Receita Federal, Andrea Costa Chaves, e o advogado e presidente da Ordem dos Advogados do Brasil — seccional DF (OAB-DF), Frederico Bedran.

Segundo Dias, a Casa da Moeda oferece aos órgãos com

poder de polícia, como os ministérios do Meio Ambiente e de Minas e Energia e a Polícia Federal, ferramentas para combater o garimpo ilegal. O órgão trabalha agora em um novo modelo de selo fiscal, que pode registrar informações mais detalhadas sobre a origem e o destino do ouro, e dar mais agilidade para os órgãos fiscalizadores.

A subsecretária da Receita Andrea Costa Chaves destacou a implementação de tecnologias no combate à extração ilegal. Ela frisou que, a partir de 3 de julho, todas as operações de compra e venda de ouro terão que adotar a nota fiscal eletrônica. Assim como o selo da Casa da Moeda, a medida visa dar agilidade ao processo de fiscalização.

Já o advogado Frederico Bedran alertou que as práticas criminosas não vão ser resolvidas com a atuação isolada de uma agência reguladora, mas, sim, com um esforço conjunto do Executivo. Em sua visão,

Marcelo Ferreira/CB/DA Press



No segundo painel do seminário do Correio, foram discutidos os caminhos jurídicos para enfrentar o garimpo e a comercialização ilegais de ouro

a autorregulação do setor não é eficaz para combater as atividades criminosas.

Após as apresentações iniciais, os três foram questionados pelo correspondente do **Correio** em Portugal, jornalista Vicente Nunes, sobre como está organizada a atuação conjunta do governo e qual seria a autoridade responsável por coordenar as ações. “Eu não tenho

essa resposta, já vou adiantando. O governo tem discutido como atuar interagências e como fazer um melhor controle. Estamos falando sobre ouro, mas a questão de qualquer mineração ilegal é um desafio de Estado”, frisou Andrea.

O diretor da Casa da Moeda também disse não ter a resposta. “A administração pública é uma. Todos têm os seus papéis. Na minha

opinião, esse é um tema de mineração, do Ministério de Minas e Energia, embora com todos os reflexos tributários e de meio ambiente que ele envolve”, enfatizou.

Para Bedran, independentemente da organização estatal, não há como fugir da aplicação de iniciativas tecnológicas. “Estamos falando de 100 milhões de transações (por ano). O Estado brasileiro, infelizmente, não

tem como colocar um servidor da Receita, da ANM (Agência Nacional de Mineração), da Polícia Federal na barreira da transgrumpeira. E, mesmo colocando, não vai resolver”, destacou. “Temos que usar tecnologia, inteligência. Imaginar que um órgão será capaz de desenvolver um sistema que olhe para toda a cadeia, infelizmente nós não conseguiremos”, finalizou.

## Garimpo é problema de Estado

» RAFAELA GONÇALVES

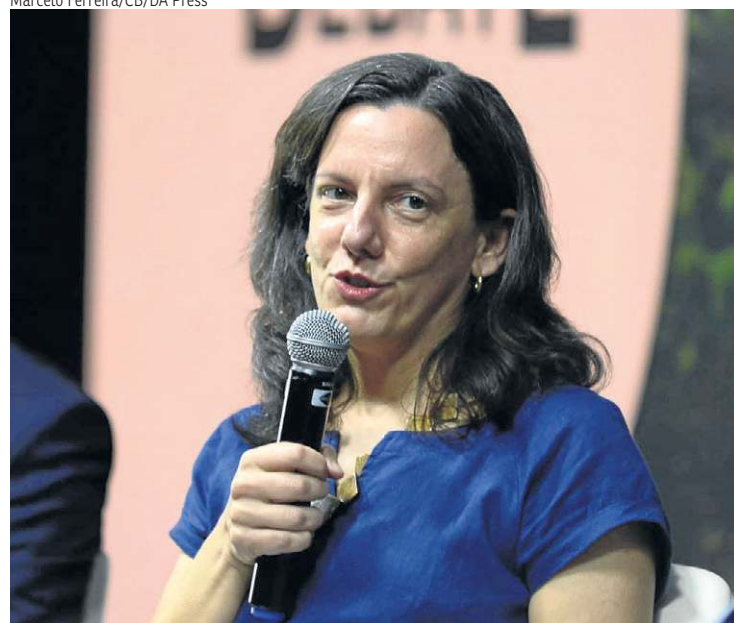
As operações de compra e venda de ouro de garimpo terão que adotar a nota fiscal eletrônica a partir de 3 de julho. Segundo Andrea Costa Chaves, subsecretária de Fiscalização da Receita Federal, a medida será obrigatória para ouro ativo financeiro, que atinge diretamente a fonte do garimpo ilegal na Amazônia.

“Essa é uma prioridade da Receita dentro desse contexto da crise humanitária”, disse Chaves, no segundo painel do **Correio Debate**: Os caminhos do ouro, evento promovido pelo **Correio Braziliense**, com apoio da Casa da Moeda do Brasil. “O problema do garimpo do ouro ilegal é um problema de Estado. O fato de ter uma nota fiscal eletrônica nos facilita na inteligência. Quando você faz um documento eletrônico, isso ajuda na análise de risco”, acrescentou.

O encontro, transmitido pelas redes do jornal, abordou as formas de combater a exploração ilegal do metal e o fortalecimento do comércio regular do ouro, reunindo autoridades, integrantes do governo e especialistas no tema.

A tributação do ouro é dividida atualmente em duas

Marcelo Ferreira/CB/DA Press



Andrea Costa Chaves: “esse não é um problema meramente fiscal”

competências, uma da União, que recolhe os tributos do ouro ativo financeiro por meio do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), que é de 1%. A outra, de competência estadual, incide sobre o ouro mercadorias, que é tributado por meio do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços).

Os estados têm autonomia para decidir a alíquota, que tem em média 18%. “O desafio da Receita, diante de todos os tributos que ela administra, é muito grande. Existe uma diferença de alíquota, que é considerável. Quase todo o ouro no Brasil é comercializado como ouro ativo financeiro, porque a tributação é de 1%”, disse. “É relativamente

barato legalizar o ouro, é uma questão regulatória constitucional”, acrescentou.

A subsecretária destacou o papel da Receita na regulação. “Em relação a qualquer atividade ilegal, entendemos que todas elas geram renda e o nosso trabalho é tributar essa renda”, afirmou. “Somos órgão de Estado, estamos em todos os debates para a evolução do marco regulatório e de todas as questões relacionadas ao ouro, porque entendemos que não é um problema meramente fiscal, é um problema de humanidade, de sobrevivência e penso que é uma questão do que vamos deixar para os nossos filhos no mundo. Então é prioridade da Receita nesse sentido”, disse Chaves.

## Atenção da lavra à joalheria

Para o advogado Frederico Bedran, da Comissão de Mineração da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional DF, o combate ao garimpo ilegal precisa de rastreabilidade digital e física do ouro para permitir a identificação da origem do metal. Na visão do especialista, a cadeia de comércio é complexa, e os esforços de fiscalização devem levar em conta todos os seus elos.

“Não se encerra somente na mineradora ou no garimpo. Qualquer olhar de política pública tem que ser para essa cadeia toda, desde o garimpeiro até as joalherias. Das mineradoras aos bancos centrais. Esse é o olhar que nós temos que ter, de forma integral”, disse ele, no segundo painel do **Correio Debate**: Caminhos do ouro.

“Estamos falando de 100 milhões de transações por ano, é um universo gigantesco a ser monitorado. E, nesse cenário, qual é a solução? É a rastreabilidade”, declarou.

O advogado destacou a necessidade de se ter um processo de rastreamento físico do ouro, e citou o projeto de lei 2.159/22, de autoria da presidente da Funai, Joenia Wapichana, que inclui esse dispositivo. Wapichana também participou do evento promovido pelo **Correio**.

“Mas na MP (medida provisória) que está sendo feita pelo

Marcelo Ferreira/CB/DA Press



Para Frederico Bedran, solução está na rastreabilidade do ouro

governo, pelo menos no que foi divulgado pela imprensa até agora, o termo rastreabilidade não consta”, alertou Bedran, referindo-se ao regimento que está sendo preparado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública para endurecer o combate à extração ilegal do metal precioso.

“Nosso desafio é saber: aquela barra ali, de onde veio? De garimpo, mineradora, ouro reciclado? Pode ter sido também de uma extração ilegal, de roubo”, disse o advogado. Como exemplo, Bedran destacou o roubo de 734 kg de ouro no Aeroporto de Guarulhos (SP), em 2021. Parte do metal não teve a sua origem identificada. Ele frisou ainda que a autorregulamentação do setor não é uma solução

adequada, e que a fiscalização precisa, necessariamente, passar pelo Estado. Na visão de Bedran, as ações implementadas até o momento, como o uso de nota fiscal eletrônica pela Receita Federal, são importantes, mas ainda “tímidas”.

O integrante da OAB-DF também explicou que o cenário atual é de aquecimento do mercado de ouro, o que reforça a necessidade de regulamentação. “As notícias recentes mostram que os bancos centrais nunca compraram tanto ouro quanto agora. Temos a questão da guerra (entre Ucrânia e Rússia), que fez com que o preço do ouro se elevasse. Então, o ouro está com preço alto, extração crescente, e a mineração ilegal não vai parar”, alertou. (VC)

Marcelo Ferreira/CB/DA Press



Gonçalves Dias: selo inteligente desestimulará a atividade ilegal

## Casa da Moeda aposta no selo fiscal

» RAPHAEL PATI\*

Principal medida da Casa da Moeda do Brasil (CMB) para combater o registro ilegal de ouro, o Selo Fiscal Inteligente deve garantir rapidez para a ação policial contra irregularidades praticadas por garimpeiros não autorizados. “Esses selos vão dar à autoridade fiscalizadora, ao efetivo poder de polícia, uma velocidade e uma coibição dos atos ilícitos que jamais se poderia imaginar”, afirmou o diretor da instituição Márcio Luís Gonçalves Dias, no **Correio Debate**: Caminhos do ouro.

Há mais de 300 anos, a CMB atua no Brasil com o propósito de garantir a originalidade da

moeda do país. Com esse valor em mente, Gonçalves Dias acredita que, com a expansão do Selo Fiscal Inteligente, que identifica a autenticidade do ouro extraído, haverá uma queda natural da atividade ilegal de garimpo.

“Em relação à redução do garimpo ilegal, isso é um processo. O que eu posso garantir é que o êxito desse projeto vai coibir a utilidade do garimpo ilegal. E, sem utilidade, não há ilegalidade. Se, no final, na ponta, qualquer material for identificado como atentatório aos direitos humanos ou ao meio ambiente — e haverá um controle efetivo disso —, é evidente que desestimulará (as atividades criminosas)”, assegurou Gonçalves Dias.

A nova tecnologia de rastreabilidade já é utilizada em países como a Suíça e a Indonésia, e tem o objetivo de garantir com mais segurança a procedência do ouro extraído no país e facilitar a identificação dos criminosos que atuam à margem da legislação. O sistema, que deve operar em blockchain (banco de dados digital), pode começar a ser aplicado no Brasil ainda neste ano, como espera o diretor da CMB.

“A Casa da Moeda, quando se lançou na pesquisa desse novo modelo, desse novo projeto, já levou em consideração experiências internacionais. Então, ela não lida com experimentações. Não é algo que precise de

um período de simulação muito intenso para se retornar à nova modelagem ou ao novo projeto”, sustenta.

Para o diretor, o fundamental é saber quais instituições e que atividades fiscais desejam estar contempladas em todo o processo de rastreabilidade “porque, eventualmente, a gente pode não estar enxergando uma atividade fiscal igualmente interessada, que tem lá os seus modelos de fiscalização, os seus propósitos de fiscalização, que queiram também saber da origem do ouro para os seus propósitos”, concluiu.

\*Estagiário sob a supervisão de Vinicius Doria